



BRINCANDO E APRENDENDO: DESAFIOS DO DIREITO AO BRINCAR NA HOSPITALIZAÇÃO PEDIÁTRICA

Eduarda Silva Azevedo (Não Bolsista), Simone Moreira dos Santos (Orientador(a))

O Projeto Social Brincando e Aprendendo, da Universidade Feevale, desenvolve atividades de extensão em um hospital da região metropolitana de Porto Alegre, envolvendo acadêmicos voluntários e bolsistas das áreas de Psicologia, Pedagogia e Medicina. São realizadas oficinas educativas e recreativas com crianças e adolescentes internados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em dois turnos semanais, utilizando materiais recicláveis, jogos, desenhos, histórias e brincadeiras, com o intuito de estimular o desenvolvimento físico, psicológico, social e cognitivo. Nos períodos sem atendimento, o solário do hospital permanece aberto, mas sem mediação sistemática. Embora a legislação (Lei nº 11.104/2005) assegure a obrigatoriedade de brinquedotecas em unidades de saúde, observou-se que a existência do espaço físico não garante, por si só, a efetividade do direito ao brincar. Assim, o objetivo desse estudo foi refletir sobre os desafios da garantia de direitos e da promoção do lúdico em uma geração de crianças e adolescentes hiperconectados no contexto hospitalar. Para avaliar a ação de extensão, foi aplicado um questionário online, via QR Code, a doze pais ou responsáveis, durante duas semanas de junho de 2025, obtendo seis respostas. Também foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados indicaram que 83,3% dos responsáveis perceberam aumento do uso de telas durante a hospitalização, sendo que 50% relataram uso superior a dez horas diárias. Esse cenário impactou diretamente as vivências do Projeto, pois o convite às atividades lúdicas competia com os estímulos imediatos dos dispositivos móveis, gerando resistência e episódios de irritabilidade quando o uso do celular era restringido. Tais achados corroboram orientações oficiais sobre os prejuízos do uso problemático de tecnologias digitais no desenvolvimento infantil e evidenciam a necessidade de mediação ativa para romper o isolamento digital. Conclui-se que a garantia do direito ao brincar na hospitalização exige mais do que conformidade arquitetônica, demandando atuação de brinquedistas ou de projetos de extensão com acadêmicos bolsistas e voluntários, como é o caso desse trabalho, para transformar espaços ociosos em ambientes de promoção de saúde, humanização e desenvolvimento, fortalecendo a relação universidade-comunidade e contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes.

Palavras-chave: hospitalização, direitos, hiperconectividade

Apoio: Universidade Feevale